

Sarney crê em anistia negociada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A aprovação pela Assembléia Nacional Constituinte da anistia da correção monetária incidente sobre os débitos das micros e pequenas empresas e dos pequenos produtores, contraídos durante o Plano Cruzado, poderá gerar conseqüências imprevisíveis para a economia do País — segundo alerta feito ontem no Palácio do Planalto. O assunto está sendo atentamente acompanhado pelo presidente José Sarney, que acredita ainda na possibilidade de uma solução negociada com as lideranças do governo no Congresso, e que não seja tão drástica, como são consideradas, no governo, as emendas Mansueto de Lavor e Humberto Souto.

No caso da aprovação de uma dessas emendas, o governo fará uma ampla avaliação do problema e das suas implicações, podendo adotar algumas medidas preventivas. O que se teme no Palácio do Planalto é que a anistia para as micros e pequenas empresas gere uma onda de ações judiciais bem-sucedidas, vinda dos mais diversos setores, com cada um defendendo o perdão dos seus débitos, ou até mesmo a devolução da parte referente à correção monetária nos débitos já pagos, provocando uma "quebradeira" no setor financeiro. Para evitar a bancarrota do setor, teria de haver, por hipótese, uma compensação fiscal concedida pelo governo que, em seguida, teria de também se compensar elevando impostos para outros setores.

Segundo dados distribuídos pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), o total de débitos cancelados pela emenda é de Cz\$ 183 bilhões e não, Cz\$ 1,6 trilhão como o Ministério da Fazenda vem anunciando. A dívida com os bancos oficiais é de Cz\$ 125,7 bilhões e com os bancos privados, de Cz\$ 57,3 bilhões.

O maior endividamento é de empresas do setor rural, com 35,8% do total devido, ou Cz\$ 98,8 bilhões. A inadimplência até hoje significa Cz\$ 29,4 bilhões.

SEM ACORDO

O deputado Humberto Souto (PFL-MG) e o senador Mansueto de Lavor recusaram ontem o acordo proposto pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, de que se estipule um teto em OTNs, para as despesas que o setor público teria com a cobertura de tais débitos.

A Confederação Nacional da Agricultura iniciou uma grande mobilização nacional para colocar em Brasília três mil trabalhadores rurais para pressionar os constituintes a aprovar a fusão de emendas (incluindo a de Ziza Valadares — PMDB-MG). A previsão de votação da matéria é a partir do dia 22.

O presidente do BNDES, Márcio Fortes, previu que a aprovação da anistia vai adiar a construção de obras de infra-estrutura programadas pelo governo federal, porque seria financiada pelo caixa do Tesouro.

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) criticou as propostas e disse que ainda não se fez o balanço financeiro da Constituinte para saber se existem recursos suficientes para pagar tudo que ela prometeu.